

ARTIGO

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ): PROJETO EMPRESARIAL DA DITADURA (1964-1979)

TIAGO SIQUEIRA REIS

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9115-1231>

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar a relação da ditadura empresarial civil-militar brasileira (1964-1985) com a Fiocruz entre os anos de 1970, quando de sua fundação e, o ano de 1979, referente ao fim do período conhecido como “recuperação de Manguinhos”, sob gestão do presidente da Fiocruz, Vinicius da Fonseca. Pretende-se compreender como se forjou a criação da Fiocruz, especialmente como se deu a construção do projeto político e gerencial, bem como das relações de trabalho na entidade. Recorremos a uma série de documentos internos da Fiocruz, especialmente os relatórios de atividades, os planos estratégicos, boletins etc. Discutimos que se buscou estabelecer um projeto de natureza pública e estatal com o *modus operandi* voltado para práticas empresariais.

PALAVRAS-CHAVE: Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; Ditadura 1964-1985; projeto empresarial.

OSWALDO CRUZ FOUNDATION (FIOCRUZ): DICTATORSHIP BUSINESS PROJECT (1964-1979)

ABSTRACT: This article aims to analyze the relationship between the Brazilian civil-military business dictatorship (1964-1985) and Fiocruz between the 1970s, when it was founded, and the year 1979, referring to the end of the period known as “recovery”. de Manguinhos”, under the management of the president of Fiocruz, Vinicius da Fonseca. It is intended to understand how the creation of Fiocruz was forged, especially how the political and managerial project was built, as well as the work relations in the entity. We resorted to a series of internal documents at Fiocruz, especially activity reports, strategic plans, bulletins, etc. We discussed that an attempt was made to establish a project of a public and state nature with a modus operandi focused on business practices.

KEYWORDS: Oswaldo Cruz Foundation – Fiocruz; Dictatorship 1964-1985; business project.

Recebido em: 13/02/2023

Aprovado em: 08/03/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v77p87-111>



Introdução

A Fiocruz é uma instituição pública e estatal de ciência e tecnologia em saúde, criada em 25 de maio de 1900 a partir do Instituto Soroterápico Federal, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Em 1908 passa a ser denominada de Instituto Oswaldo Cruz (IOC) em homenagem ao sanitarista Oswaldo Cruz, um de seus fundadores e personagem mais emblemático da história da instituição. Em 1970 durante a ditadura civil-militar (1964/85), o Ministério da Saúde elaborou um audacioso projeto afim de construir um grande conglomerado em saúde pública no país, formando o complexo fundacional nomeado de Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a partir da fusão de distintos institutos em saúde pública em torno do IOC.

A fundação se destaca como a mais importante do setor na América Latina e um dos mais proeminentes patrimônios científicos e tecnológicos da saúde brasileira, voltado para a finalidade de ensino, pesquisa, informação, tecnologia, produção de bens e serviços e apoio estratégico ao Sistema Único de Saúde (SUS), produção de vacinas e farmacológicos e com objetivo de contribuir para a melhoria e qualidade de vida da população (Fiocruz, 2001). Ao longo de sua história a Fiocruz incorporou e criou novos institutos e unidades.

O presente artigo tem por objetivo analisar a relação da ditadura empresarial civil-militar brasileira (1964-1985) com a Fiocruz entre os anos de 1970, quando de sua fundação e, o ano de 1979, referente ao fim do período conhecido como “recuperação de Manguinhos”, sob gestão do presidente da Fiocruz, Vinicius da Fonseca. Escolhemos como baliza o ano de 1979, por representar um período emblemático para a entidade, momento em que pela primeira vez a entidade é presidida por um agente externo ao seu quadro de trabalhadores e nomeado pelo governo ditatorial. A gestão de Fonseca representa a atuação mais incisiva e direta do poder estatal na instituição do ponto de vista gerencial nos anos de estado de exceção.

Desse modo, pretende-se compreender como se forjou a criação da Fiocruz, especialmente como se deu a construção do projeto político e gerencial, bem como das relações de trabalho na entidade. Partimos da hipótese de que durante a ditadura foram estabelecidas políticas de natureza empresarial para a Fiocruz no que concerne aos seus aspectos jurídicos,

administrativos e políticos. Buscou-se conciliar a identidade pública e estatal com o *modus operandi* voltado para práticas empresariais.

Analisamos uma série de documentos internos da Fiocruz, disponíveis em diferentes arquivos situados na própria instituição entre os anos de 1970 e 1979, como os relatórios de atividades, os planos estratégicos, boletins etc. Para tanto, o artigo visa contribuir com a historiografia referente aos múltiplos aspectos relacionados aos anos de ditadura brasileira, especialmente do ponto de vista de sua política centralizadora e voltada a gestão pública com fundamentos empresariais. Além disso, existem escassos trabalhos sobre a trajetória da Fiocruz sobre a referida temática nos anos analisados. Pouca atenção tem sido dada a edificação do projeto político institucional da entidade em seus anos iniciais e que são fundamentais para entendermos os conflitos entre o público e o privado em diferentes temporalidades.

Portanto, o artigo almeja discutir a edificação da identidade institucional conferida pelos anos de exceção ao novo empreendimento em saúde pública, a Fiocruz. Acreditamos que a compreensão dos aspectos empresariais confeccionados para a entidade são fundamentais para entendermos tanto as intenções e ações do poder estatal, bem como a história da principal instituição em saúde pública da América Latina.

Nascimento da Fiocruz

Após o golpe empresarial civil-militar em 1964, instaurou no país uma série de políticas repressivas e autoritárias combinadas com projetos de grande envergadura na estrutura jurídica, administrativa, dentre outras. Destacamos a Reforma Administrativa de 1967, cujo propósito seria “obter que o setor público pudesse operar com a eficiência da empresa privada” (Dias, 1969, p. 50).

Os militares se preocuparam em dominar as relações de classe, por meio de uma política de “terrorismo de Estado”, visando suprimir as reações dos adversários e, fundamentalmente, institucionalizando mecanismos de legitimação e domínio de suas ações (Lemos, 2014). O uso de métodos violentos e o emprego do aparato repressivo do Estado constituíam as respostas práticas, “fundamentadas”, ou melhor, resguardadas por meio de dispositivos “legais”, típicos desse regime, conhecido como Atos

Institucionais,¹ e pela promulgação da Constituição Federal de 1967 desenvolvida pelos militares.

Dessa forma, o poder executivo com amplos poderes passou a interferir de modo sistemático em todos os setores da economia, nos investimentos públicos em infraestrutura, no funcionamento dos mercados de capital e da força de trabalho. Em síntese, privilegiou-se a empresa privada promovendo a entrada das grandes empresas multinacionais, formando grandes conglomerados de tendência monopolista e construindo um campo fértil para os primeiros passos da financeirização da economia no país (Maciel, 2014).

Nessas condições, arquitetou-se um processo de reforma da administração pública, por meio do Decreto-lei 200, de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal e estabelecendo às diretrizes para a Reforma Administrativa. Em síntese, o Decreto-lei 200 concentra seus esforços em regular e delimitar a estrutura, as atribuições, normas, funcionamento e desenvolvimento, separando em administração direta e indireta. Os reformadores partiram da ideia de eficiência e virtuosidade da empresa privada, única capaz de direcionar o caminho para excelência no serviço público através de seus métodos e da política de flexibilidade. O Decreto-lei 200, prevê o regime celetista disposto na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para os trabalhadores da administração indireta.

Como resultado dessas medidas, conforme indica o estudo de Gileno Marcelino (1989), evidenciou-se uma nítida política de flexibilização do funcionalismo público pautada pelos valores da empresa privada, ao passo

¹ Esteve presente durante toda a Ditadura, sendo confeccionados entre os anos de 1964-69, somando um total de dezessete atos institucionais, regulamentados por 104 atos complementares. Não obstante, o mais sombrio é, sem dúvida, o Ato Institucional nº 5, publicado em 13 de dezembro de 1968 durante o segundo governo militar (General Costa e Silva), mantido em vigor até 1978. O AI-5 colaborou, em grande medida, para a hegemonia do poder executivo e a arbitrariedade do governo. Em resumo, conferiu amplos poderes ao Presidente da República, dentre eles: decretar recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; permissão para intervir nos Estados e Municípios, sem limitações previstas na Constituição; o Presidente da República será o responsável por nomear os líderes políticos dos Estados e Municípios; poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais – podendo ainda aplicar as seguintes medidas: 1) liberdade vigiada; 2) proibição de frequentar determinados lugares; 3) domicílio determinado.; decretar estado de sítio; confiscar bens de pessoas físicas ou jurídicas; baixar Atos Complementares para execução deste Ato Institucional; suspende o habeas corpus; excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como seus respectivos efeitos (Brasil, 1968).

que em 1988 o percentual total de trabalhadores do serviço público chegou a 6% sob o regime estatutário e 94%, assente no regime celetista. Estimulou-se o crescimento das entidades públicas descentralizadas de caráter eminentemente empresarial.

O projeto de descentralização da administração pública promoveu o crescimento em ritmo acelerado das diferentes modalidades jurídicas dispostas pela administração indireta. A evolução dos estabelecimentos descentralizados é um tema ainda controverso no que diz respeito a exatidão dos dados, porque até o final da década de 1970 não havia no Brasil um controle rígido sobre as unidades estatais. O primeiro censo oficial ocorreu a partir dos dados divulgados pelo Secretária de Controle de Empresas Estatais (SEST) em 1981, que contabilizou as instituições estatais daquele período e não sua evolução histórica.

Tomando por base os dados² apresentados por Fernando Rezende, que dividiu a evolução das instituições estatais em autárquicas e demais entidades descentralizadas a partir da década de 1940 até a década de 1980, aponta que em 1947 existiam 30 autarquias; entre 1947 e 1969, o número passou para 80 autarquias; e em 1968 as autarquias “já absorviam mais da metade da receita federal orçamentária e extra-orçamentária, contribuindo com cerca de 50% do total das despesas públicas e sendo responsável por 70% do total de investimentos federais” (Rezende, 1987, p. 7). Assinala ainda que os gastos com as autarquias refletiam cerca de 2% do PIB em 1948, passando para 7,5% ao final da década de 1960.

Durante os governos militares houve um salto no número de estatais, de 37 unidades entre os anos de 1951 e 1960 para 147 nos anos de 1961 a 1970 (Rezende, 1987). O crescimento vertiginoso das estatais, de certa forma foi favorecido pelo chamado “milagre econômico”³ (1968-1973) e pelas políticas desenhadas nos planos de desenvolvimento econômico do regime.

² O governo não dispunha de dados oficiais acerca das instituições estatais, sendo possível contabilizá-las de maneira mais segura somente a partir da criação do SEST, e a posterior divulgação em 1981 do primeiro censo das instituições públicas. Desse modo, não há um consenso entre os pesquisadores sobre os reais números das entidades públicas. Além da pesquisa de Fernando Rezende, outros importantes pesquisadores como Luciano Martins e Olavo Júnior trabalharam com números diferentes, mas sempre na mesma direção que aponta para um crescimento abrupto das instituições públicas no período militar. CF. (Diniz; Lima Júnior, 1986; Martins, 1985)

³ De acordo com o historiador David Maciel, o “milagre econômico” corresponde a política desenvolvida após o golpe de 1964 que tinha por objetivo conter a crise inflacionária, combinando o papel do Estado e da economia com às novas demandas do capitalismo

Aproveitando o contexto de reformas e intervenções autoritárias, o Presidente da República, General Castelo Branco, depôs do cargo de diretor do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), o pesquisador Joaquim Travassos da Rosa, e em seu lugar foi nomeado, Francisco de Paula Rocha Lagoa (1964-69). Lagoa ingressou no Instituto no ano de 1942, e em 1963 foi escolhido pelo Ministério da Saúde para estudar na Escola Superior de Guerra na cidade do Rio de Janeiro, reconhecido reduto de ideias conservadoras no país.

A gestão de Lagoa no IOC foi marcada pela centralização e por privilegiar a produção de vacinas e soros. A política favorável a produção colocava em cena e de forma arbitrária o dualismo entre projeto de ciência pura *versus* ciência aplicada (Ponte, 2012). Nesse sentido, o grupo opositor combatia “a transformação do IOC numa simples fábrica de vacinas, reiterando a necessidade de um Ministério da Ciência” (Hamilton, 1989, p. 17).

A luta travada no IOC, levou Rocha Lagoa a incentivar atos de perseguição, culminando no afastamento de nomes importantes do instituto. O Ministro da Saúde, Raimundo Brito (1964-67), afastou os pesquisadores Walter Oswaldo Cruz - filho de Oswaldo Cruz, Herman Lent, Haity Moussatché, Fernando Ubatuba, Teixeira de Freitas, Henrique Veloso, Hugo Souza Lopes, Massao Goto.

monopolista em vigência. Para isto, foi preciso engendrar uma política de recessão calculada e de equilíbrio monetário por meio da: 1) subordinação do trabalho ao capital, onde foi possível observar a redução do salário mínimo em cerca de 20% nos três primeiros anos do regime, e a repressão sobre o movimento operário e sindical. O autor chama atenção ainda para as políticas de contenção salarial através da lei dos acordos salariais (1965) que transfere para o governo federal a definição da política salarial e diminui a autonomia dos tribunais trabalhistas, e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), instrumento que pôs fim à estabilidade no emprego; 2) Intervencionismo desenvolvimentista do Estado – ocorreu a união do projeto desenvolvimentista não-nacionalista da burocracia estatal e a corrente desenvolvimentista do setor privado. Dessa união resulta na criação de novos órgãos e na centralização do poder; 3) Processo de reestruturação financeira, cujo objetivo seria ampliar a liquidez. O autor aponta que não foi possível criar um mercado de capitais doméstico, pelo fato de do padrão de financiamento se pautar pelo Estado e pelo capital externo. A formação de um capital financeiro nacional nos moldes dos países de centro capitalista não vigora no país. Isto porque o governo através de uma série de fundos e mecanismos de captação de renda, consegue desenvolver sua função como agente financiador direto e indireto. Além de corrigir monetariamente os fundos, potencializando os mercados de capitais, por meio de títulos seguros e protegidos. Outra medida adotada assenta em criar uma reforma fiscal, ampliando os impostos, mas devolvendo gratuitamente ao capital, em incentivos e créditos fiscais centralizados. Por conta disso, o governo passa a adquirir vultosas quantias de empréstimos do exterior, devido a sua liquidez internacional, fazendo com que o Estado se torne o fiador do sistema bancário nacional, garantindo o lucro privado à ampliação da intervenção do Estado e ao desenvolvimento de um novo sistema financeiro. Maciel. D. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

Conseqüentemente, Rocha Lagoa após assumir o cargo de Ministro da Saúde em 30 de outubro de 1969, cargo que ocupou até junho de 1972, lançou um projeto audacioso para a ciência e tecnologia em saúde. Este projeto consistiu na criação de um grande polo em saúde pública brasileira, cujo epicentro do novo empreendimento seria representado pelo Instituto Oswaldo Cruz. A ideia de Lagoa assentou em aproveitar a possibilidade dada pela ditadura de instituir entidades estatais sob a designação de *Fundação de Direito Privado*.

Dessa forma, Rocha Lagoa à frente do Ministério da Saúde deu origem na cidade do Rio de Janeiro, aproveitando-se do *campus* do Instituto Oswaldo Cruz, no bairro de Manguinhos, o maior centro de pesquisa científica e tecnológica em saúde pública da América Latina. O “novo” empreendimento em saúde ganhou o nome de Fundação Instituto Oswaldo Cruz, podendo ser chamado simplesmente de Fiocruz, construído a partir da fusão de renomados institutos em pesquisa científica em saúde no Brasil em uma só identidade jurídica e constitutiva, por meio do Decreto nº 66.624 de 22 de maio de 1970, são eles: o Instituto Oswaldo Cruz, Instituto Fernandes Figueira do Departamento Nacional da Criança, o Instituto Nacional de Endemias Rurais do Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Instituto Evandro Chagas da Fundação Serviços de Saúde Pública e o Instituto de Leprologia do Serviço Nacional de Lepra.

Em 13 de agosto de 1970 por meio do Decreto nº 67.049, instituiu-se o estatuto da fundação. No aspecto legal, a Fiocruz adquiriu personalidade jurídica de direito privado, enquadrada no Código Civil brasileiro como Fundação Privada, vinculada ao Ministério da Saúde. Do ponto de vista gerencial, o estatuto previu plena autonomia administrativa, financeira, técnica-científica, didática e disciplinar. A natureza jurídica dada a Fiocruz revela a personificação de um ente público sob uma norma jurídica inteiramente nova, tendo em vista que o modelo de Fundação para entidades públicas foi uma novidade no arcabouço jurídico brasileiro neste período.

Os fins pelos quais o complexo fundacional deve se reger corresponde ao tripé pesquisa, ensino e produção. A estrutura organizacional fora desenhada de forma a ser controlada pelo executivo federal, de modo que os cargos diretivos fossem de responsabilidade do Estado indicar e nomear, bem como controlar de perto às ações gerenciais da fundação.

No que concerne ao mundo do trabalho, o estatuto estabeleceu que os trabalhadores estariam submetidos ao regime da legislação trabalhista nas bases da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com a seguinte ressalva, “respeitada a situação e os direitos dos funcionários pertencentes aos antigos órgãos do Ministério da Saúde integrados à Fundação” (Brasil, 1970). Isto quer dizer que os trabalhadores que integram o novo empreendimento, cuja origem legal estava assente no regime de estatutário (servidor público), permaneceriam nestas condições.

Embora os trabalhadores tenham esta possibilidade de escolha, a situação se tornou mais complexa do que se imaginava, como apontam os relatos de pesquisadores da instituição, ao mencionar que os salários para estatutários estavam aquém dos salários de celetistas e ainda mais abaixo dos salários de outras instituições públicas (Brito, 1991). O descaso proposital da ditadura com o trabalhador público era patente, buscava-se inserir de maneira integral a lógica das relações de trabalho do sistema privado. É possível perceber a mudança na legislação trabalhista de pessoal da Fiocruz de maneira acentuada na década de 1970, como comprova as listas com as relações de pesquisadores que passam a optar pelo regime de CLT. Estes documentos estão disponíveis no arquivo da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Fundo Presidência, seção Secretaria Geral.⁴

Para além disso, fica normatizado que o ingresso de novos trabalhadores na fundação não passaria pela obrigatoriedade do concurso público. Outra medida acerca das relações de trabalho concerne na possibilidade de contratar trabalhadores por curto período, trabalhadores temporários, regidos pelo regime de CLT.

Os primeiros presidentes do novo empreendimento em saúde vieram da direção do Instituto Oswaldo Cruz, José Guilherme Lacôrte (1969-1970), Oswaldo Cruz Filho (1970-1972) e Oswaldo Lopes da Costa (1972-1975) da

⁴ Tivemos acesso a uma documentação vasta e variada que corresponde aos institutos que compõem a Fiocruz, especificamente entre os anos de 1970 e 1978, onde indica por meio de listas, cartas, memorandos, ofícios, tabelas a adoção e/ou migração para o regime CLT por parte de trabalhadores da instituição. A documentação não se encontra completa relativa ao período anual e muitos documentos não estão disponíveis para a pesquisa, por estarem em processo de manutenção. Por tais motivos não foi possível dimensionar e quantificar dados acerca dos trabalhadores que migraram e entraram no regime de CLT. Ver: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Fundo Institucional Presidência/ Departamento de Arquivo e Documentação/ Seção Secretaria Geral. Casa de Oswaldo Cruz.

direção da Escola Nacional de Saúde Pública, que após o golpe foi rebatizada de Instituto Presidente Castello Branco.

O recrudescimento da repressão ocorreu a partir da chegada a Presidência da República do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), juntamente com a posse de Rocha Lagoa a frente do Ministério da Saúde (1969-1972). Médici decretou em 01 de abril de 1970 o Ato Institucional nº 5, suspendendo garantias constitucionais, ao mesmo tempo em que atribuiu poderes extraordinários ao Presidente da República. Aproveitando-se do estado de exceção que se instalará no país, Rocha Lagoa a frente do Ministério da Saúde puniu pesquisadores de Manguinhos no fatídico episódio conhecido como o “Massacre de Manguinhos”. Este acontecimento correspondeu a cassação de dez pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz,⁵ que perderem os seus direitos políticos e foram aposentados compulsoriamente pela ditadura (Lent, 1978). Para tanto, como relata Haity Moussatché, um dos cassados, a barbárie foi além do “Massacre de Manguinhos”:

Muito se fala nos cassados. Eles foram importantes, mas muito importantes foram as pessoas que saíram do instituto jovens, que agora são maduras, com quarenta anos, e que o instituto perdeu! Mais importante eles do que nós.... Eu, com 61 anos, fui cassado mas podia ter morrido. Destruíram o laboratório, dispersaram uma porção de gente! O Nelson Vaz era um dos melhores imunologistas do Brasil, saiu daqui. Annie Prouvost-Danon foi para a França. A Maria da Guia Silva Lima para o Ceará, para a universidade também. O Leopoldo De Meis é professor na escola de bioquímica, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem projeção internacional. Ou mesmo o Dietrich! Essa gente foi criada por nós e dispersada! (Moussatché, 1998, p. 13).

De acordo com relatos dos próprios cassados, a medida servia como forma de punir os envolvidos na luta pela criação do Ministério da Ciência, pela busca da autonomia do instituto frente ao Estado, e de serem contrários a vinculação de Manguinhos ao Ministério da Saúde em concomitância com a política desenhada pelos militares no campo da ciência e tecnologia (Lent, 1978; Morgado, 1998; Moussatché, 1998). Vale ressaltar que dentre os

⁵ Recomenda-se a leitura do livro de Anastácio Morgado, que traz uma visão um pouco diferente da apresentada por Herman Lent em seu livro “O Massacre de Manguinhos”. Morgado, trabalha não apenas com os dez pesquisadores cassados, trazendo à tona o prejuízo causado pelos militares em diferentes níveis na instituição e na pesquisa brasileira. O autor demonstra que mais do que dez pesquisadores participaram do massacre em Manguinhos, indicando que muitos pesquisadores e trabalhadores de modo em geral sofreram de maneira contundente com a repressão ditatorial (Morgado, 1998).

pesquisadores perseguidos havia aqueles de pensamento socialista, alvo central da ditadura, como por exemplo, Haity Moussatché convidado por Darcy Ribeiro (reconhecido intelectual da esquerda brasileira, cassado pela ditadura) na elaboração do projeto de construção da Universidade de Brasília.

Toda esta perseguição contribuiu para que boa parte do quadro de dirigentes e atores políticos envolvidos com a história e com a identidade de Manguinhos fossem retirados de cena por grupos conservadores ligados a ditadura. Estas medidas ocasionaram uma grande perda de consenso político nas lideranças do instituto, que foram ocupadas por pesquisadores e personagens escolhidos pelos militares externos a Fiocruz. O desmonte institucional imposto pela ditadura contribuiu para esvaziar a instituição no seu aspecto político representativo e, sobretudo no desenvolvimento da pesquisa científica com a transferência, expulsão e pela própria saída de pesquisadores ameaçados e descontentes com a situação em vigor.

Do ponto de vista das relações de trabalho na fundação, a análise das informações trabalhistas sobre o período entre 1970 e 1974 encontram-se de maneira dispersa no arquivo da Fiocruz, sendo possível dimensionar de forma mais confiável apenas os dados relativos ao ano de 1974 contidas no seu relatório de atividades. Não tivemos acesso a informações detalhadas e compiladas sobre o quadro de trabalho da fundação nos primeiros três anos de sua existência. Embora a fundação tenha sido criada com a junção de unidades que integravam o Ministério da Saúde, a existência de informações precisas sobre os trabalhadores ainda era um assunto a resolver, quantificar o número de trabalhadores celetistas e estatutários e alocar os trabalhadores eventuais que chegavam do Ministério da Saúde, são problemas enfrentados nos primeiros anos da fundação.

O relatório de atividades de 1974 informa que dos institutos que compunham a fundação, o Instituto Presidente Castello Branco possuía como característica o emprego quase que total de trabalhadores em regime celetista, ao contrário dos demais institutos que funcionavam com boa margem de trabalhadores estatutários. O relatório aponta que nos últimos dez anos a o Instituto Castello Branco não contou com a entrada de novos trabalhadores, causando prejuízos a pesquisa produzida na Fiocruz. Sugere ainda que um dos fatores centrais para esta estagnação assentou nos baixos salários e pela oferta de melhores condições de trabalho em outras

instituições, somados ao desfalque que vinha ocorrendo por ocasião de demissões e aposentadorias. Podemos acrescentar também nesta lista a saída de trabalhadores que sofreram com a perseguição da ditadura.

Outro fator preocupante diz respeito ao tempo de trabalho, em especial do quadro de trabalhadores especializados, enquadrados como profissionais, que em sua grande maioria se encontravam com mais de quatorze anos de efetivo exercício. As dificuldades também podem ser observadas ao relatarmos que os órgãos autônomos até aquele momento não possuíam um regimento interno, o que de certa maneira não permitiu a confecção de uma tabela considerada ideal de trabalhadores, ou seja, uma tabela que fosse apresentada para o Ministério da Saúde tratando do plano de trabalho da Fiocruz acerca de salários, cargos, entre outros assuntos pertinentes ao plano de carreira do trabalhador.

A composição dos trabalhadores apresentados pelo relatório de atividades do ano de 1974 indica que a Fiocruz contava com 1051 celetistas e 1422 estatutários, totalizando 2473 trabalhadores, um percentual de 42,49% de celetistas e 57,51% de estatutários. Conforme pode se observar na tabela 1, dividiu-se os trabalhadores em 4 subprogramas. O subprograma de administração contava com 36 trabalhadores celetistas, com percentual de 78,26%, e na área de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais⁶ com 267 trabalhadores celetistas, com percentual de 89,30%. Nos subprogramas de Produção e Pesquisa Científica e Tecnológica o número de celetistas encontrava-se abaixo do quadro de estatutários, mas com margem relativamente apertada, como pode se observar na área de Produção com 124 trabalhadores com percentual de 43,36% celetistas, e pesquisa com 267 celetistas, representando 34,59% dos trabalhadores (Fiocruz, 1974).

⁶ Os trabalhadores celetistas do subprograma de estudos e pesquisas econômicas e sociais, representantes do núcleo de ensino da entidade, são em boa medida oriundos do Instituto Presidente Castello Branco que nada mais é que a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) voltada exclusivamente para o ensino, onde contavam com um quadro majoritariamente de celetistas.

Tabela 1: Trabalhadores na Fiocruz 1974.

Subprograma	Características das unidades Executoras				
	Tipo	Pessoal (Número)			
		Profissional	Técnico e Auxiliar	Administrativo	Total
Administração	Direção			36	36
				10*	10*
Estudos e Pesquisas Econ. Sociais	Ensino	35	22	210	267
		14*	-	18**	32*
Produção Industrial	Fábrica	9	62	53	124
		13*	93*	56*	162*
Pesquisa científica e tecnológica	Pesquisa				
	I.O. C	16	20	120	156
		78*	190*	223*	491*
	I.F. F.	49	73	95	217
		121*	198*	113*	432*
	I. L.	5	4	9	18
		12*	18*	19*	49*
	I.E.C	5	68	69	142
		3*	23*	15*	41*
	INERu RJ	2	4	28	34
		13*	19*	16*	48*
	INERu BA	1	3	8	12
		3*	10*	1*	14*
	INERu MG	10	3	10	23
		19*	30*	24*	73*
	INERu PE	7	17	18	42
		8*	33*	29*	70*

Fonte: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Relatório das atividades referentes ao exercício de 1974.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1974.

*Estatuários e **pessoal encarregado da limpeza, vigilância e conservação

Por outro lado, os profissionais ligados ao tripé ensino, pesquisa e produção da Fiocruz, dos 423 trabalhadores de nível especializado no campo da pesquisa e produção de profiláticos e imunológicos, 67,14% eram estatutários e 32,86% celetistas; dos 890 trabalhadores técnicos e auxiliares na pesquisa, ensino e produção, 68,99% eram estatutários e 31,01% celetistas. Já o pessoal que exercia atividades administrativas, dos 879 profissionais 62,65% eram celetistas e 37,35% estatutários (Fiocruz, 1974).

No que concerne ao ensino, 35 profissionais eram celetistas e apenas 14 estatutários. Na área da produção, continha 9 trabalhadores celetistas e 13 estatutário. Por fim, do ponto de vista da área da pesquisa apenas o Instituto Oswaldo Cruz com longa carreira nas ciências em saúde no país acompanhado do também Instituto Fernandes Figueira apresentaram número superior de estatutários. Já os demais centros de pesquisa têm margens bem apertadas.

Gestão Vinicius da Fonseca (1975-1979)

O Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) nomeou em 1975 o economista Vinicius da Fonseca para o cargo de Presidente da Fiocruz. Indicado pelo Ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado, Fonseca era um economista com papel de destaque na articulação econômica do país, foi um dos fundadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁷ em 1965 e por indicação do Ministro do Planejamento, Reis Veloso (Hamilton; Azevedo, 2001), ocupou a coordenação da área social ligada à habitação, saneamento, saúde e previdência social. Como relata Vinicius da Fonseca em depoimento dado a Casa de Oswaldo Cruz, foi neste período que conheceu Paulo de Almeida Machado e iniciou seu envolvimento com a área da saúde, para posteriormente ser convidado por Machado, então ministro da Saúde, para assumir à Presidência da Fiocruz. Nas palavras de Vinicius da Fonseca:

O Paulo de Almeida Machado passou um período grande tomando pé no ministério. Foi quando ele conheceu bem Manguinhos. Ele me disse que Manguinhos era um enorme desafio. Ele estava realmente precisando de alguém. Um dia ele me disse: “Eu acho que não deve ser um homem de lá. Não deve ser um pesquisador nem um médico. Eu acho que tem que ser uma pessoa alheia ao meio, e até alheia ao assunto”. Então percebi a intenção dele: um homem ligado ao governo, um homem de formação econômica. Era o meu perfil. Eu estaria indicado, segundo ele, porque estava dentro do espírito do Ministério da Saúde. Fiz a recuperação de Manguinhos como qualquer um do *staff* do Reis Veloso poderia fazer, porque tínhamos mentalidade de planejamento. O planejador tem uma ideia política, de conjunto, integrada a um projeto econômico-social (Hamilton; Azevedo, 2001, p. 242-243).

⁷ O Ipea era um instituto ligado a Secretária de Planejamento – Seplan.

Vinícius da Fonseca ao assumir o cargo de presidente da fundação ocupou-se da missão atribuída pelo Ministério da Saúde de “reerguer” a Fiocruz. Fonseca foi o primeiro e único presidente da Fiocruz de origem externa ao seu quadro de trabalhadores até os dias atuais. Na visão de Vinícius da Fonseca era preciso reformular as bases institucionais que se revelaram insuficientes no atual reenquadramento estratégico, como sugere Fonseca:

O ministro Rocha Lagoa pensou que estava descobrindo a pólvora, que ia salvar a pátria criando uma fundação, mas estava errado. Essa não era a solução. Agregou tudo, mas nada funcionava. Foi pior, porque cada um ficou no seu lado. Os recursos não eram suficientes e o arbítrio continuou talvez muito mais forte. Quer dizer, cada um puxava para o seu lado e as dissensões aumentaram. A fundação perdeu seu sentido social, seu sentido nacional, perdeu tudo. E numa situação dessas, o órgão perde também dinheiro. Ninguém vai dar verba para um órgão que não sabe nem pedir dinheiro. O serviço público, como qualquer empresa privada, vive disso (Hamilton; Azevedo, 2001, p. 242-243).

O ministro do planejamento Reis Veloso, protagonizou o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), notadamente um dos homens de maior respaldo no quadro político do governo federal, possuindo estreita ligação com Vinícius da Fonseca. Deste modo, sua influência e aproximação com o ministro permitiu a Fonseca acesso facilitado no governo federal. Por conta disso, conseguiu que Reis Veloso voltasse seu olhar para a fundação, tendo em vista que o ministro tinha como prioridade de governo ações relacionadas à tecnologia de ponta, como a indústria eletrônica, naval e pesada.

O respaldo político de Vinícius da Fonseca no Ministério da Saúde, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan) e no executivo federal, tornou possível engendrar políticas reformistas na fundação com apoio político e financeiro do governo. Em 1976, Fonseca apresenta seu projeto contendo um novo estatuto para a instituição ao ministro da Saúde, aprovado legalmente em 23 de abril de 1976 através do Decreto nº 77.481.

O novo estatuto estabeleceu a liberdade em realizar parcerias no campo da prestação de serviços, acordos contratuais e participação em empresas privadas, bem como a possibilidade da Fundação de aplicar recursos próprios em entidades públicas e privadas (Fiocruz, 1976). Estes recursos que pela primeira vez enquanto fundação, poderão ser resultantes

das rendas de produtos fabricados na própria instituição conforme regulamentado dois anos antes pelo Decreto nº 74.879 de 1974.

Para além disso, a agenda do governo correspondia neste período a uma lógica privatista no campo da saúde pública aliada ao descaso no atendimento das demandas sociais. Este quadro começou a dar sinais de debilidade diante dos graves problemas sanitários que enfrentavam as grandes cidades brasileiras. De início a ditadura tentou esconder a gravidade do caos sanitário, mas não foi possível após ser registrado 2.575 mortes em hospitais no Estado de São Paulo e 304 mortes na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1974, causadas pelo surte de meningite. O país não produzia a vacina contra a meningite, motivo que levou o Ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado a propor em estado de emergência a campanha nacional de vacinação. Desse modo, o Ministro incumbiu Vinícius da Fonseca para solucionar o problema e adquirir a vacina.

Fonseca negociou a compra da vacina com o Instituto Mérieux da França, conferindo um considerável investimento na aquisição dos produtos. Resultou desse episódio uma estreita ligação entre o governo federal e a Fiocruz no que concerne a preocupação em incrementar a produção de produtos biológicos, em especial, as vacinas de caráter imediatista para os problemas sanitários do país. Em decorrência disso, a produção tornou-se um dos aspectos centrais na construção do projeto institucional da fundação.

Com a criação de Bio-Manguinhos⁸ em 1976, iniciou uma forte relação entre a Fiocruz e o instituto francês, resultando no acordo de cooperação entre as entidades, tendo como objetivo inicial a instalação na Fiocruz de uma Unidade Piloto de Vacina Antimeningocócica. Como aponta Benchimol, o objetivo assentou em construir uma empresa de capital misto, com capital majoritária para a Fiocruz e minoritária para a Mérieux. Além disso, os bens adquiridos por Bio-Manguinhos seriam convertidos em capital acionário, cuja contrapartida da Fiocruz na fusão corresponderia a 59% da quantia de dez milhões de cruzeiros, recursos já assegurados pelo Estado através da Seplan, as agências de fomento nacional com 1% e a Mérieux com 40% (Benchimol, 2001).

⁸ Unidade responsável por pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico, bem como por produzir vacinas, dentre outros.

Inaugurou-se em 1976 a usina piloto na Fiocruz, contando com a presença do Presidente da República o General Ernesto Geisel e da Mérieux. Para Vinícius da Fonseca a parceira com o instituto francês atendia ao pressuposto de “criar uma estrutura forte que não poderia estar muito ligada ao serviço público” (Hamilton; Azevedo, 2001, p. 263). A ideia consistiu em edificar uma empresa pública, livre para firmar acordos comerciais com o mercado privado e deter da mesma flexibilidade das empresas nas relações administrativas, financeiras, de pessoal e comercial. Porém, gozando das vantagens de estar atrelada ao Estado por meio da transferência de recursos públicos, facilidades de aquisição de bens e produtos, isenções fiscais e de usufruir de um vasto conhecimento adquirido e produzido pelas instituições públicas e de suas instalações. O projeto privatista para a Fiocruz, representada por Bio-Manguinhos poderia ter sido em maior escala, como pode ser confirmado pelos interesses de Vinicius da Fonseca na passagem abaixo:

Antes de sair, apresentei ao ministro um trabalho que continha ideias para o futuro da instituição, dentre as quais constava o projeto de organização de uma empresa multinacional, uma sociedade anônima, da qual Manguinhos seria a *holding*. No último item desse trabalho escrevi: “Outra modificação estrutural, administrativa, a meu ver, indispensável para se consolidar a recuperação da Fiocruz, é a instituição de uma sociedade anônima, Bio-Manguinhos S.A., que sucederia, na área de produção, a atual unidade técnica do mesmo nome”. O projeto contou com muito boa receptividade por parte do BNDES, que seria o segundo sócio da empresa, ao lado da Fiocruz. “A sociedade seria aberta à participação de empresas privadas do ramo, assegurando-se desse modo a sua gradativa privatização, sem que com isso a Fiocruz deva chegar à posição minoritária. A constituição da empresa aparece na forma mais apropriada para tornar a Fiocruz cada vez mais autônoma do ponto de vista econômico-financeiro”. Para alguns da fundação essa sugestão era um absurdo, eu estava dizendo uma heresia. O ministro aceitou, mas não deu continuidade. Infelizmente, esse projeto não foi adiante (Hamilton; Azevedo, 2001, p. 263).

Dado o passo privatizante com a construção de Bio-Manguinhos, a gestão de Vinícius da Fonseca buscou alinhar a funcionalidade interna priorizando a produção. Dessa forma, a pesquisa tornou-se coadjuvante no cenário institucional da fundação. Para Fonseca, a pesquisa não garante autonomia financeira, em sua visão o que garantiria autonomia seria focar em determinados tipos de produtos fabricados pela fundação, pois só assim será possível “desmamar das tetas do governo” (Hamilton; Azevedo, 2001, p. 260).

Vinicius da Fonseca elaborou o Plano de Reorientação Programática da Fiocruz. Prevendo a recuperação de Manguinhos. No domínio do trabalho, o plano buscou formar um quadro de trabalhadores regidos pelo regime das Leis Trabalhistas – CLT. Porém, a direção da Fiocruz encontrou dificuldades para forjar seu objetivo, por conta do elevado número de trabalhadores em regime estatutário. Além disso, os trabalhadores que se encontravam em regime de CLT, poucos aderiram ao sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, motivo que lhes rendia o direito de estabilização compulsória ao fim de dez anos de trabalho.

Os trabalhadores com regime estatutário tiveram que optar em permanecer como servidor público ou migrar para o regime celetista. Este processo manteve-se contínuo durante a ditadura, mas a partir da gestão de Vinicius da Fonseca a adesão ao regime celetista tornou-se uma busca implacável na fundação. Os números demonstram que em 1975 a Fiocruz contava com 1.218 trabalhadores estatutários, sendo que 359 escolheram continuar na fundação como estatutário, 499 decidiram retornar para a esfera do Ministério da Saúde⁹ e permanecer como servidor público, e 360 optaram pelo regime celetista (Fiocruz, 1979a, p. 58).

O principal desafio no campo do trabalho traduziu na eliminação lenta e gradual dos trabalhadores sob o regime estatutário e aderentes a seguridade no emprego. A solução assentou em transformar os estatutários em celetistas, e estes aderirem ao sistema do FGTS, mas para isto seriam necessárias medidas mais sofisticadas para impor seus objetivos. Em primeiro lugar, a gestão Vinicius da Fonseca observou uma crescente evasão de trabalhadores nos primeiros anos da fundação. O diagnóstico apontado no plano de reestruturação da fundação apoiou-se na ideia da oferta de baixos salários oferecidos pela instituição e pelo grande número de trabalhadores com idade próxima de se aposentar e pelas mortes. O documento atribuiu aos baixos salários a escolha do profissional em buscar novas instituições com melhores condições ou mesmo dividir seu tempo de atividade em mais de um emprego (Fiocruz, 1979a, p. 58).

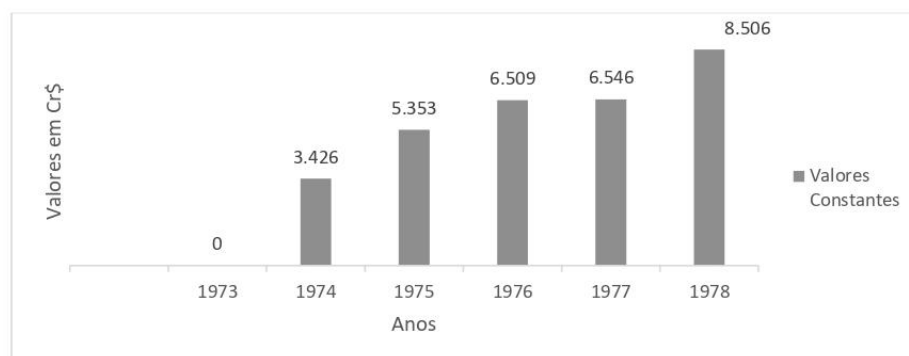
⁹ De acordo com a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 que dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis da União, o servidor público está vinculado a um determinado ministério. Dessa forma, ele poderá solicitar sua transferência para outras entidades constante no mesmo ministério, ou sua incorporação ao mesmo Ministério. No caso mencionado, os trabalhadores optaram por retornar ao Ministério da Saúde.

Não obstante, a reestruturação na carreira dos trabalhadores se tornaria a saída para engendrar seu projeto de flexibilização do trabalho na fundação. Dessa maneira, a gestão de Vinicius da Fonseca lançou em 1977 o primeiro Plano de Cargos e Salários (PCS), aprovado pelo Conselho Nacional de Política Salarial em 1 de janeiro de 1978. Em síntese, o PCS criou a carreira de pesquisador em conformidade com a reforma da educação de 1968; criou a carreira universitária de tecnologista; promoveu a criação de novos cargos no quadro da gestão, pesquisa, ensino e produção; padronizou a jornada de trabalho para quarenta horas semanais; introduziu uma política de “vantagens” adicionais ao trabalhador, como auxílio alimentação, transporte e adicional por especialização; e por fim, corrigiu os níveis salariais (Fiocruz, 1979b, p. 65; Fiocruz, 1979c; Fiocruz, 1979d; Fiocruz, 1979e; Fiocruz, 1979f; Fiocruz, 1979g).

A tabela 2 e o gráfico 1 evidenciam a evolução crescente dos níveis salariais da fundação durante a gestão de Vinicius da Fonseca. Houve um incremento substancial nos salários, promovido por meio do incentivo econômico do II PND/PBDCT (Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) acerca da política de “recuperação” de Manguinhos. A política adotada procurou propiciar um ambiente de organização, sistematização das tarefas e uma falsa sensação de melhores condições de trabalho. Falsa sensação porque os trabalhadores que aderiram ao regime celetista perderam o direito à estabilidade, correndo, a partir de então, o risco da demissão a qualquer tempo sem o devido processo legal conforme consta no regime estatutário, que, por conseguinte, passam a adquirir como direito o pagamento de uma indenização ao trabalhador demitido. A flexibilização se fez valer ainda na ausência de qualquer instrumento organizado e combativo a fim de lutar e/ou negociar melhores condições de trabalho na Fiocruz.¹⁰

¹⁰ No dia 30 de agosto de 1976, Eva Maria Fonseca fundou a Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz – ASFOC. Curiosamente, Eva era a esposa de Vinicius da Fonseca, assumindo a direção da associação por dois anos. Esta associação servia essencialmente no campo operacional para integrar os funcionários por meio de ações recreativas, culturais, esportivas, e realizar a assistência odontológica, jurídica e serviço social. Entretanto, a ASFOC nasceu com o intuito de dominar os trabalhadores, apaziguando qualquer pretensão de questionamento diante das regras funcionais e trabalhistas. A propaganda em cima dessa associação foi vigorosa, instrumento de cooptação da classe trabalhadora, obteve no primeiro ano de funcionamento a adesão de 615 sócios e 1.032 dependentes, alcançando em setembro de 1978 a quantia de 1.085 sócios e 1.452 dependentes. Após o fim da ditadura, a associação se tornou em 1986 no Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN), assumindo uma posição combativa e organizada em defesa da classe trabalhadora da fundação (Fiocruz, 1979a, p. 115).

Gráfico 1: Salário Médio Mensal (1973/1978)



Fonte: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **Recuperação 1975-1978**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1979, p. 66.

Tabela 2: Salário Médio Mensal: Pesquisador, tecnologista, docente 1973/1979.

Anos	Valores Correntes			Valores Constantes (Setembro 1978)		
	Pesquisador	Tecnologista	Docente	Pesquisador	Tecnologista	Docente
1973	2.070	1.942	2.701	-	-	-
1974	2.484	2.545	3.165	8.310	8.513	10.513
1975	3.434	3.301	6.941	8.989	8.641	18.170
1976	11.253	9.097	9.570	20.987	16.966	17.848
1977	17.550	16.945	17.500	23.278	22.476	23.212
1978	24.264	24.743	26.800	24.264	24.743	26.800

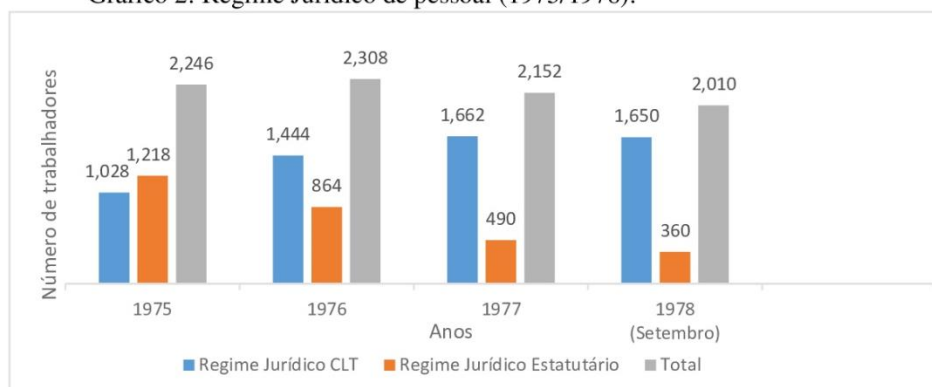
Fonte: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Recuperação 1975-1978**. Fundo Presidência, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, caixa 12, maço 6, 1979a, p. 66.

*Valores em Cruzeiro Cr\$

Estas medidas contribuíram para a construção de um arcabouço institucional voltado para a flexibilização do trabalho. Desse modo, a formalização e organização da atividade funcional na fundação permitiu que a direção tivesse poder de barganha de “impor” e “negociar” com os trabalhadores a sua adesão ao regime celetista e ao sistema FGTS. Vale ressaltar que todos os novos admitidos estariam obrigatoriamente inseridos nestas condições, bastava convencer os profissionais atuais de migrarem. No entanto, chama atenção o grande número de pessoas com idade avançada e próximo da aposentadoria, em 1975 a idade média era de 42 anos, ao passo que com a política de cortes por idade revelou uma redução na composição etária passando para 39 anos a idade média dos trabalhadores. A evolução

lenta e gradual no número de celetistas e o decréscimo substancial dos estatutários é comprovado a partir da leitura do gráfico 2.

Gráfico 2: Regime Jurídico de pessoal (1975/1978).



Fonte: (FIOCRUZ, 1979a, p. 59)

Por outro lado, atenuou-se em aproximadamente 10% o número de trabalhadores em comparação com o início e fim da gestão de Vinícius da Fonseca (1975-1978), refletindo em um acréscimo de aproximadamente em 60% no número de celetistas e na redução de 71% do número de estatutários. A trajetória da mão de obra caminhou lado a lado com a política de flexibilização, tendo em vista que em 1974 a fundação contava com 124 celetistas no campo da produção, número largamente ultrapassado para 827 em 1978, representando um aumento de 557%. A busca pelo extermínio do regime estatutário e ao fim da estabilidade, levou ao acréscimo percentual de 1.352% trabalhadores celetistas no período de 1978 referente a área de administração, que contava com 36 profissionais em 1974, elevando-se para 523 em 1978. Os números indicam ainda que o setor da pesquisa cresceu 28% entre 1974 e 1978, passando de 644 para 827 celetistas, ao passo que o campo do ensino apresentou uma queda no quadro de funcionários de 267 em 1974 para 121 celetistas em 1978, havendo uma redução de aproximadamente 54,68% (Fiocruz, 1975, 1979b).

Estes números são acompanhados por um drástico encolhimento dos estatutários como podemos observar no gráfico 2 abaixo. O total de estatutários em 1978 correspondia a 200 profissionais na área de pesquisa, 40 na área de produção, 4 para ensino, 115 para a área administrativa. Em boa medida, revela uma perda evidente de mão de obra no campo do ensino, composta apenas por 125 profissionais, número bem abaixo do apresentado

no ano de 1974, contendo 299 pessoas entre celetistas e estatutários. O relatório de atividades de 1974 apontava para os problemas de carência de mão-de-obra na área do ensino, setor majoritariamente formado por celetistas e com salários em sua grande maioria defasados. Não obstante, a gestão de Vinícius da Fonseca ao introduzir mecanismos de formalização da atividade de docente e pesquisador, elevou os salários, mas precarizou e desvalorizou o ensino na fundação a partir de uma brusca redução do seu quadro de trabalho (Fiocruz, 1975, 1979b).

Para além disso, deve-se levar em conta que dos 115 trabalhadores administrativos vinculados ao regime estatutário, 56 correspondiam às funções de apoio, como limpeza, vigilância e transporte. Este grupo estava na mira da diretoria da Fiocruz para se tornar terceirizado, como apregoa o projeto de enxugamento de mão de obra da gestão de Vinicius da Fonseca. Para tanto, as 59 pessoas restantes do grupo administrativo eram compostas pela diretoria, técnicos especializados nas áreas administrativas e financeiras, muitos deles oriundos do Ministério da Saúde, cargos em sua maioria de alta e média gestão.

Nessa direção, o enxugamento no quadro de trabalhadores revelou um duro impacto nas áreas consideradas como meio, como por exemplo, o setor de transportes. Este setor contava com 74 profissionais em 1975, reduzidos para 49 em 1978 (Fiocruz, 1979a, p. 91), extinguindo funções e o número de trabalhadores em determinada atividade, o que acarretou para os remanescentes um aumento no serviço e nas atribuições. Estava aberto o caminho para a terceirização das atividades que não estivessem vinculadas diretamente a produção, ensino e pesquisa na fundação, ao mesmo tempo em que se buscava eliminar postos de trabalho, elevando a precarização nos níveis de menor qualificação profissional.

Assim sendo, o legado da gestão de Vinícius da Fonseca assenta na reformulação administrativa, estrutural e funcional da Fiocruz. Porém, deixa uma herança, de certa forma, muito bem planejada no campo empresarial, na medida em que promoveu de posse de uma gestão autoritária um arcabouço institucional voltado para a flexibilização estrutural da fundação. Vinícius da Fonseca contribuiu na formação de aspectos formais e no delineamento de diretrizes orientadas para as práticas empresariais, enfraquecendo ou mesmo diluindo o serviço público estatal. O sucessor de

Vinícius da Fonseca na presidência da Fiocruz foi o seu vice-presidente de recursos humanos, o professor e pesquisador de Manguinhos, Guilardo Martins Alves. A nova gestão permaneceu no poder entre os anos de 1979 e 1985, de certa forma, mantendo e reforçando as premissas da gestão anterior.

Nessa direção, apontamos que a Fiocruz nasceu do ponto de vista político-gerencial como um projeto da ditadura empresarial civil-militar brasileira com vistas a atuar com enorme proximidade nas práticas típicas do setor empresarial privado. Ocorre, portanto, uma simbiose entre público e privado, sendo que para fins de sustentação dos grandes projetos da ditadura, a Fiocruz deveria permanecer enquanto instituição pública, criada, mantida e sob intervenção do Estado, no entanto, suas formas de atuação deveriam responder aos meios de natureza empresarial, sem se ater aos regulamentos e normas típicos da administração pública autárquica. Há, portanto, um controle estatal sob um ente público, com certa autonomia e flexibilidade para atuação desse mesmo centro controlador a partir do emprego do direito privado.

Referências

BENCHIMOL, J. L. **Febre amarela**: a doença e a vacina, uma história inacabada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Bio-Manguinhos, 2001. [20ª Ed.]

BRASIL. Decreto-Lei n.200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 fev. 1967. Seção 1.

BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 dez. 1968. Seção 1.

BRASIL. Decreto-Lei n. 67.049, de 13 de agosto de 1970. Aprova o Estatuto da Fundação Instituto Oswaldo Cruz e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 ago. 1970b. Seção 1.

BRITTO, N. (Org.). **Memória de Manguinhos**. Acervo de depoimentos. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz, 1991.

DIAS, J. N. T. **A reforma administrativa de 1967**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Caderno de Administração Pública, n.73, 1969. [2ª Ed.]

DINIZ, E; LIMA JUNIOR, O. B. **Modernização autoritária: o empresariado e a intervenção do Estado na economia**. Brasília: IPEA/CEPAL, 1986. [1ª Ed.]

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. Fundo Institucional Presidência/ Departamento de Arquivo e Documentação/ Seção Secretaria Geral. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: Fiocruz.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Relatório de atividades 1971-1972**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1973.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Relatório de atividades 1972-1973**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1974.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Relatório das atividades referentes ao exercício de 1974**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1975.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Estatuto Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, caixa 55, maço 3, 1976.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Relatório**: Base de administração de cargos e salários da Fiocruz. Fundo Presidência, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, caixa 14, maço 7, 1978.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Recuperação 1975-1978**. Fundo Presidência, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, caixa 12, maço 6, 1979a.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Relatório de atividades 1975-1978**. Rio de Janeiro: Fiocruz, caixa 14, maço 8, 1979b.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Relação e análise de cargos emitidos pela Fiocruz, versando sobre a descrição de salários e cargos - Plano I**. Fundo Presidência, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, caixa 163, maço 4, 1979c.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Relação e análise de cargos emitidos pela Fiocruz, versando sobre a descrição de salários e cargos - plano II**. Fundo Presidência, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, caixa 163, maço 3, 1979d.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Relatório do Plano de Classificação de Cargos e Salários, versando sobre alterações do mesmo**. Fundo Presidência, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, caixa 17, maço 7, 1979e.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Relação e análise de cargos emitidos pela Fiocruz, versando sobre a descrição de salários e cargos -**

Plano II e III. Fundo Presidência, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, caixa 163, maço 1, 1979f.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Memorandos e tabelas de cargos emitidos pela Assessoria de Cargos e Salários.** Fundo Presidência, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, caixa 160, maço 1, 1979g.

HAMILTON, W. Massacre de Manguinhos: crônica de uma morte anunciada. **Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-18, 1989.

HAMILTON, W.; AZEVEDO, N. Um estranho no ninho: memórias de um ex-presidente da Fiocruz. Depoimento de Vinícius da Fonseca. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 8, n° 1, Rio de Janeiro, 2001, p. 237-264.

LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o marxismo**, vol. 2, n° 2, 2014, p. 111-138.

LENT, H. **O massacre de Manguinhos.** Rio de Janeiro: Editora Avenir. 1978. [1ª Ed.]

MACIEL, D. Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. **Lutas Sociais (PUC-SP)**, vol. 18, n° 32, 2014, p. 64-78.

MARCELINO, G. F. Administração pública brasileira: evolução, situação atual e perspectivas futuras. **Revista do Serviço Público**, Brasília, vol. 44, n° 2, 1989, p. 105-115.

MARTINS, L. **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. [1ª Ed.]

MORGADO, A. **Manguinhos Político: o Massacre Interno.** Rio de Janeiro. Editora. Fiocruz. 1998. [1ª Ed.]

MOUSSATCHÉ, H. Depoimento - Haity Moussatché: homenagem ao guerreiro da ciência brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, vol. 5, n° 2, 1998, p. 43-91.

PONTE, C. F. **Pesquisa versus produção em Manguinhos:** constrangimentos e perspectivas de desenvolvimento tecnológico em uma instituição pública. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

REZENDE, F. O crescimento (descontrolado) da intervenção governamental na economia brasileira. In: LIMA JUNIOR, O.; ABRANCHES, S. H. (Org.). **As origens da crise:** Estado autoritário e planejamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ. 1987, p. 214-252.